



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Des. Milton José Neves

246  
78  
/

**3ª CÂMARA CÍVEL – AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 0173980-8**

**AGRAVANTE:** CONSTRUTORA E INCORPORADORA EXATA LTDA.

**AGRAVADA:** COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA

**RELATOR:** DESEMBARGADOR MILTON JOSÉ NEVE

**ACÓRDÃO Nº 140/2010**

**EMENTA:** AGRAVO DE INSTRUMENTO EM EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. LIBERAÇÃO, MEDIANTE ALVARÁ, DE DINHEIRO PENHORADO EM CONTA-CORRENTE. RECEBIMENTO DA QUANTIA APENAS PELO VALOR HISTÓRICO. NEGATIVA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DEPOSITÁRIA NO TOCANTE À ATUALIZAÇÃO DO NUMERÁRIO. AUSÊNCIA DE DEPÓSITO JUDICIAL E DE DETERMINAÇÃO DO JUÍZO NESSE SENTIDO. OBRIGAÇÃO DA EXECUTADA EM DILIGENCIAR PARA QUE A EXEQUENTE RECEBA SEU CRÉDITO, DEVIDAMENTE ATUALIZADO, QUANDO DE SUA EFETIVA QUITAÇÃO. PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO PARA DETERMINAR O PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO NO TOCANTE AOS VALORES CONCERNENTES À ATUALIZAÇÃO DO VALOR PENHORADO, O QUAL FORA LIBERADO SEM A DEVIDA CORREÇÃO. 1. Inexiste nos autos qualquer determinação do Juízo para que a CEF promovesse a transferência do valor penhorado em conta-corrente para uma de natureza judicial. No particular, impende destacar que a orientação do Banco Central, na forma das regulamentações alusivas ao sistema Bacen Jud, é no sentido de que mencionada transferência só deve ser realizada mediante ordem da Justiça competente. Tal normatização, aliás, veio consolidar a praxe bancária em matéria de bloqueio, desbloqueio e transferência de valores *sub judice*. Ainda, conforme decidido em primeiro grau, a recorrida não foi excluída da lide (porque inexistente acolhimento tácito de pedido) e a pretensão de responsabilizar aludida parte pelos acréscimos legais não integrou a postulação originária da recorrente. Com efeito, considerando os termos do *decisum* impugnado e que não cabe à CEF o pagamento dos citados encargos financeiros, passará a agravada a suportar os valores concernentes à atualização do débito executado, pois, diante da omissão do Juízo, deveria ter diligenciado para que o numerário penhorado não viesse defasar. Isso porque a penhora apenas possui o objetivo de garantir o Juízo, portanto, não constitui satisfação do crédito. Esse, por sua vez, deverá estar devidamente atualizado quando do seu efetivo adimplemento ao credor.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que figuram as partes acima relacionadas, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na forma do relatório e votos constantes das notas taquigráficas a seguir, *por unanimidade, em dar provimento parcial ao recurso, para determinar prosseguimento da execução no tocante aos valores concernentes à atualização do valor penhorado, o qual fora liberado sem a devida correção, tudo nos termos do voto proferido pelo Desembargador Relator.*

Recife, 18 de maio de 2010. -  
  
Des. Milton José Neves  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete do Desembargador Milton José Neves*

247  
79  
11  
mp

**3ª CÂMARA CÍVEL – AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 0173980-8**

**AGRAVANTE:** CONSTRUTORA E INCORPORADORA EXATA LTDA.

**AGRAVADA:** COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO -  
COMPESA

**RELATOR:** DESEMBARGADOR MILTON JOSÉ NEVES

**RELATÓRIO**

**Agravo de Instrumento interposto por:**

CONSTRUTORA E INCORPORADORA EXATA LTDA.

**Contra decisão proferida em:**

Execução de título extrajudicial

**No processo n.º 0001.2001.005789-8**

**Do qual são partes:**

CONSTRUTORA E INCORPORADORA EXATA LTDA. (exequente agravante) e COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO – COMPESA (executada agravada)

**Que corre perante o Juízo da:**

21.ª Vara Cível desta Comarca de Recife

**O *decisum* agravado pode ser resumido da seguinte forma:**

*RH. Resta claro, no alvará de fl. 153, a obrigação da CEF em liberar o valor depositado, com os acréscimos legais, pois que dito numerário permaneceu sob sua guarda, na condição de depositária judicial, dada a*



247-A  
80  
/

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Milton José Neves*

---

*sua qualidade de agente financeiro com atribuição específica, não se justificando o pagamento apenas do valor histórico, porquanto a conta é de depósito judicial. Contudo, descabe ao juiz determinar o pagamento à medida que dita entidade não é parte e, se o fosse, a competência seria da Justiça Federal. Assim, deixo de emitir ordem judicial para compelir a CEF a efetuar o pagamento, pois que, em caso de desobediência, poderá ser levantada a tese de incompetência da autoridade no particular. Cabe ao interessado (exequente) diligenciar junto a tal entidade para o devido recebimento e, acaso não tenha êxito, manejar, querendo, a competente ação de reparação perante o juízo competente. Publique-se. Decorrido o prazo de eventual recurso, ao arquivo. (fl. 08)*

**As partes não suscitaram preliminares.**

**No mérito, alega a parte agravante, em síntese:**

Haver logrado êxito na execução movida contra a agravada e, após o retorno dos autos ao Juízo de origem, foi determinada a expedição de alvará para o recebimento da quantia, depositada na Caixa Econômica Federal, devidamente atualizada. Acrescenta, no entanto, que aludida instituição apenas lhe pagou o valor nominal, sob as seguintes alegações:

- "1. Que o dinheiro foi penhorado em conta corrente da Compesa sobre a qual não incidiam juros, portanto, não houve atualização financeira;*
- 2. Que a culpa era do juiz da 21.ª Vara Cível, porque não determinou, no mandado de penhora, a transferência do valor bloqueado para uma conta de depósito judicial, onde incidem juros;*
- 3. Que, mesmo com o erro judicial este problema poderia ter sido contornado se o alvará emitido pela 21.ª Vara Cível não tivesse sido digitado de forma errada, porque, segundo a Caixa, o alvará deveria conter o índice de atualização monetária a ser aplicado [...]*
- 4. Que a conta penhorada se tratava de uma conta-convênio da Compesa, destinada a prover recursos à realização de uma obra e que o término desta implicaria no encerramento da conta". (fl. 03)*



227-B  
81

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Milton José Neves*

---

Esclarece, então, que tal incidente fora informado ao juiz de primeiro grau, o qual determinou a intimação da executada para se manifestar sobre o assunto, tendo aludida parte, ao assim proceder, solicitado sua exclusão da lide, divisando que a obrigação foi cumprida e, assim, cabia à CEF o pagamento dos encargos legais.

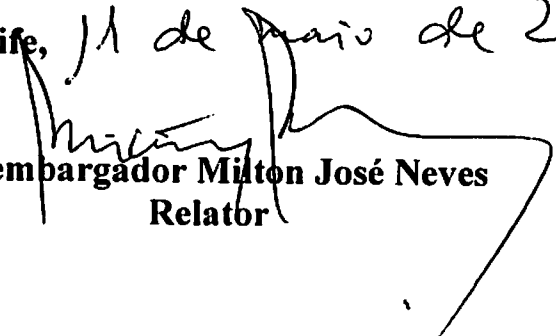
Sustenta, por sua vez, que *"há obrigação jurídica e moral em determinar que a CEF, juntamente com a Compesa, pague a diferença dos juros, porque, a primeira, como fiel depositária, deveria ter diligenciado na manutenção, guarda e depósito da quantia penhorada; a segunda porque, ao receber de volta o dinheiro, repassado pela CEF, manteve-se inerte, embora conhecedora da origem daquela quantia, cujo valor era objeto de penhora e não poderia ser transferido da conta"*. (fl. 05)

Busca, finalmente, o provimento do recurso, a fim de impedir a exclusão da agravada da lide e responsabilizar essa e a CEF ao pagamento *"da diferença dos juros legais, após remessa dos autos ao contador para atualização do valor nominal"*. (fl. 06)

**Em suas contrarrazões, a parte agravada defende a manutenção do *decisum* vergastado.**

**Não houve liminar recursal.**

**É o relatório. Inclusão em pauta.**

Recife, 11 de maio de 2010 ..  
  
**Desembargador Milton José Neves**  
**Relator**



248  
82

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Milton José Neves*

**VOTO**

**Agravo de Instrumento em execução de título extrajudicial. Liberação, mediante alvará, de dinheiro penhorado em conta-corrente. Recebimento da quantia apenas pelo valor histórico. Negativa da instituição financeira depositária no tocante à atualização do numerário. Ausência de depósito judicial e de determinação do Juízo nesse sentido. Obrigação da executada em diligenciar para que a exequente receba seu crédito, devidamente atualizado, quando de sua efetiva quitação. Provimento parcial do recurso para determinar o prosseguimento da execução no tocante aos valores concernentes à atualização do valor penhorado, o qual fora liberado sem a devida correção. 1. Inexiste nos autos qualquer determinação do Juízo para que a CEF promovesse a transferência do valor penhorado em conta-corrente para uma de natureza judicial. No particular, impende destacar que a orientação do Banco Central, na forma das regulamentações alusivas ao sistema Bacen Jud, é no sentido de que mencionada transferência só deve ser realizada mediante ordem da Justiça competente. Tal normatização, aliás, veio consolidar a praxe bancária em matéria de bloqueio, desbloqueio e transferência de valores *sub judice*. Ainda, conforme decidido em primeiro grau, a recorrida não foi excluída da lide (porque inexistia acolhimento tácito de pedido) e a pretensão de responsabilizar aludida parte pelos acréscimos legais não integrou a postulação originária da recorrente. Com efeito, considerando os termos do *decisum* impugnado e que não cabe à CEF o pagamento dos citados encargos financeiros, passará a agravada a suportar os valores concernentes à atualização do débito executado, pois, diante da omissão do Juízo, deveria ter diligenciado para que o numerário penhorado não viesse defasar. Isso porque a penhora apenas possui o objetivo de garantir o Juízo, portanto, não constitui satisfação do crédito. Esse, por sua vez, deverá estar devidamente atualizado quando do seu efetivo adimplemento ao credor.**

**Fundamento juridicamente o meu voto, nestes termos:**

Compulsando o acervo processual, verifica-se que a recorrente recebeu o valor indicado no alvará de fl. 67 sem o acréscimo dos encargos legais ali determinados, pois, segundo a Caixa Econômica Federal, depositária do dinheiro, esse não se encontrava em conta remunerada e inexistiu ordem



249  
83

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Milton José Neves*

---

judicial para a sua transferência nesse sentido (fls. 56/57). Tal informação, no entanto, apenas se concretizou através do ofício expedido nesta fase recursal, porquanto, na instância monocrática, a exequente/agravante afirmou que o pagamento dos referidos acréscimos dependia da especificação do índice de atualização a ser aplicado e, por isso, formulou o seguinte pleito:

*[...] considerando que o pagamento do alvará foi realizado sem os acréscimos legais, requer a V. Exa. que indique o índice de atualização financeira para que, ulteriormente, seja expedido novo alvará para que a CEF efetue o pagamento da quantia devidamente atualizada por este Juízo. (fl. 23)*

Em resposta, o juiz, após a oitiva da parte contrária, a qual, na oportunidade, postulou a sua exclusão da demanda, proferiu a decisão aqui impugnada, *verbis*:

*RH. Resta claro, no alvará de fl. 153, a obrigação da CEF em liberar o valor depositado, com os acréscimos legais, pois que dito numerário permaneceu sob sua guarda, na condição de depositária judicial, dada a sua qualidade de agente financeiro com atribuição específica, não se justificando o pagamento apenas do valor histórico, porquanto a conta é de depósito judicial. Contudo, descabe ao juiz determinar o pagamento à medida que dita entidade não é parte e, se o fosse, a competência seria da Justiça Federal. Assim, deixo de emitir ordem judicial para compelir a CEF a efetuar o pagamento, pois que, em caso de desobediência, poderá ser levantada a tese de incompetência da autoridade, no particular. Cabe ao interessado (exequente) diligenciar junto a tal entidade para o devido recebimento e, acaso não tenha êxito, manejar, querendo, a competente ação de reparação perante o juízo competente. Publique-se. Decorrido o prazo de eventual recurso, ao arquivo. (fl. 08)*

Ora, registro inexistir nos autos qualquer determinação do Juízo para que a CEF promovesse a transferência do valor penhorado em conta-corrente para uma de natureza judicial. No particular, impende destacar que a orientação do Banco Central, na forma das regulamentações alusivas ao sistema Bacen Jud, é no sentido de que mencionada transferência só deve ser realizada mediante ordem da Justiça competente. Tal normatização,



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete do Desembargador Milton José Neves*

aliás, veio consolidar a praxe bancária em matéria de bloqueio, desbloqueio e transferência de valores *sub judice*.

Ainda, como visto, a recorrida não fora excluída da lide (porque inexistia acolhimento tácito de pedido) e a pretensão de responsabilizar aludida parte pelos acréscimos legais não integrou a postulação originária da recorrente. Com efeito, considerando os termos do *decisum* sob crivo e que não cabe à CEF o pagamento dos citados encargos financeiros, passará a agravada a suportar os valores concernentes à atualização do débito executado, pois, diante da omissão do Juízo, deveria ter diligenciado para que o numerário penhorado não viesse defasar. Digo isso, porque a penhora apenas possui o objetivo de garantir o Juízo, portanto, não constitui satisfação do crédito. Esse, por sua vez, deverá estar devidamente atualizado quando do seu efetivo adimplemento ao credor.

**Como resultado do meu voto:**

Dou provimento parcial ao recurso, para determinar o prosseguimento da execução no tocante aos valores concernentes à atualização do valor penhorado, o qual fora liberado sem a devida correção.